

Economia Brasil Garantir agora o desenvolvimento futuro

Todo cuidado é pouco neste momento na administração das contas externas e são naturais as preocupações quanto ao nível de reservas cambiais do País, que já teriam caído abaixo da linha de US\$ 30 bilhões, em comparação com US\$ 38,8 bilhões no final de dezembro. Mas há sinais de que essa erosão pode ser detida, como consequência da reversão esperada do déficit na balança comercial e do aumento dos investimentos diretos, não computadas aí as aplicações em bolsas de valores no mercado brasileiro.

Pode parecer prematuro falar agora em uma virada da conta de comércio. Já surgem notícias, ainda pendentes de confirmação oficial, de que as importações no último mês de março alcançaram cerca de US\$ 4,7 bilhões, enquanto as exportações foram de US\$ 3,8 bilhões. Com um déficit estimado de US\$ 900 milhões no último mês, o saldo negativo da balança comercial alcançaria US\$ 2,285 bilhões no primeiro trimestre deste ano, o que, aparentemente, configuraria uma tendência.

Pode ser uma interpretação correta, olhando pelo retrovisor. Afinal, a se confirmar o déficit em março, este seria o quinto saldo mensal negativo em seguida. Mas, se se atentar ao movimento que o mercado já vem apresentando, não é de modo algum arriscado prever que a conta de comércio voltará a apresentar superávit ainda neste primeiro semestre. O principal dado a observar é o contínuo aumento das exportações efetivas nos três primeiros meses deste ano em relação ao mesmo período de 1994, refletindo o crescimento do volume de câmbio contratado.

De fato, como evidencia perfeitamente um gráfico publicado por este jornal em sua edição de 10 de abril, o movimento do câmbio contratado de exportação antecipa em três meses, em média, o volume físico das vendas externas. E o valor previsto das exportações efetivas em março (US\$ 3,8 bilhões) viria confirmar essa constatação, estando muito próximo do total de câmbio contratado em janeiro (US\$ 3,971 bilhões). Por esse padrão comparativo, podem-se prever volumes recordes de exportação também no período abril/junho, tendo sido muito elevado o volume de câmbio contratado nos meses anteriores (mais de US\$ 4,3 bilhões em fevereiro e março).

Isso presume, evidentemente, que as importações, depois da desabalada ascensão que tiveram nos últimos meses, baixem para o patamar de US\$ 3 bilhões a US\$ 3,2 bilhões, tendo perdido sentido a corrida para antecipar compras no exterior de bens duráveis de consumo, principalmente automóveis, gravados há pouco com a elevada alíquota de 70%.

Assim, é inteiramente viável que o País venha a obter, ao final de 1995, um superávit comercial de US\$ 5 bilhões a US\$ 6 bilhões, como prevê o governo, desde que mantida a política de incentivo à exportação e tomadas medidas pontuais na área de câmbio sempre que necessárias.

No mercado financeiro, o saldo permanece negativo, mas se nota que a sua média em abril (US\$ 94,5 milhões) é substancialmente inferior à de março (US\$ 190 milhões). É verdade que o mês anterior foi conturbado pela especulação em face da desvalorização do real, mas já surgem indícios de uma discreta

retomada nos investimentos no mercado de capitais e fundos de curto prazo.

Se uma recuperação nessa área é desejável, as lições da crise do México foram bem aprendidas e a equipe econômica prefere confiar no crescimento do volume de investimentos diretos no País, o capital que vem para ficar e para aqui reproduzir-se. As expectativas quanto a isso não poderiam ser melhores. Segundo declarou o presidente da Câmara Americana de Comércio, Henrique de Campos Meirelles, ao jornal O Estado de S. Paulo, estes investimentos poderão ficar neste ano entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões, praticamente triplicando o volume do ano passado (cerca de US\$ 2 bilhões).

Esses recursos virão atraídos pelo imenso potencial do mercado brasileiro, realçado pelo Plano Real. Mas afluirão, principalmente, em virtude da nova abertura do País para o capital externo. Já avançamos muito nesse campo, vencendo velhos preconceitos, mas há ainda uma grande tarefa a realizar, que é justamente modificar radicalmente o capítulo da Ordem Econômica da Constituição em vigor.

Ainda há quem não compreenda a ênfase que o governo dá a essa reforma. Concordamos em que todas as reformas que o presidente Fernando Henrique Cardoso pretende levar a cabo, com a colaboração do Congresso, são essenciais. Mas os números relativos às contas externas mostram com clareza que atualizar a Ordem Econômica não é apenas uma precondição para o desenvolvimento futuro. É uma exigência do País agora para assegurar que o seu crescimento econômico nesta fase decisiva não venha a ser tolhido por dificuldades no balanço de pagamentos.